



Poços de Caldas

3º Congresso Nacional de Educação

EIXO TEMÁTICO: Ética, Direitos Humanos e Cidadania

FORMA DE APRESENTAÇÃO: Relato de Vivência

INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E/OU DIFICULDADES ESPECÍFICAS DE APRENDIZAGEM: ENTRE A UTOPIA E A REALIDADE.

REBELLO, Lúcia Emília F. S.¹
SOUSA, Leonardo Mello²
LIRA Laís Borges. R.³
SILVA, Raylla Elisa Ioras⁴

Resumo

O objetivo deste relato é apresentar os desafios e as possibilidades de uma experiência de inclusão, de alunos com deficiência e/ou dificuldades específicas de aprendizagem, no ensino superior. O trabalho teve início em 2017, mas escolhemos como recorte de análise o período de março de 2018 a março de 2019. Os autores atuaram, tanto como docentes, na coordenação do processo, quanto como mediadores junto aos alunos, empreendendo muitos esforços ao alcance das suas metas, mas também muitas frustrações diante do distanciamento entre o que está previsto na lei e documentos institucionais e as demandas, cada vez maiores, tanto da parte dos alunos, quanto da parte dos docentes e gestores. Assim, este relato encontra-se dividido em três seções, em que a primeira apresenta a bases metodológicas que fundamentam este relato de inclusão deste segmento no ensino superior; a seguir, apresenta-se percurso vivido pelos docentes/gestores que implantaram no seu campus e a inclusão de mediadoras no projeto; finalmente, torna-se relevante refletir sobre as limitações que se impuseram ao desenvolvimento do processo de implantação e a busca de alternativas possíveis para atendimento destes alunos, cumprindo seus direitos como universitário e, principalmente, como cidadãos.

Palavras-Chave: Inclusão no Ensino Superior; Educação Especial; Relato de Experiência Docente.

¹Doutora e Mestre em Ciências (IFF/Fiocruz), Pedagoga (UERJ), Coordenadora do Curso de Pedagogia da Universidade Estácio de Sá – Campus Petrópolis.

²Doutor e mestrado em Psicologia (UFRJ), Psicólogo (UFRJ), Coordenador do Curso de Psicologia da Universidade Estácio de Sá – Campus Petrópolis.

³Especialista em Psicopedagogia (FAVENI), Licenciatura em Letras (UNESA- PETROPOLIS), Certificada como Mediadora.

⁴Universitária do 6º período do Curso de Pedagogia (UNESA- PETROPOLIS), Certificada como Mediadora.

Introdução

O movimento mundial pela inclusão além de ser uma ação política e também uma ação cultural, social e pedagógica, que busca defender os direitos de todos os alunos de vivenciarem a experiência de aprender e participar de processos educativos, sem nenhum tipo de discriminação.

A Política Nacional de Educação na Perspectiva Inclusiva⁵ afirma que a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos. Parte do princípio de que igualdade e diferença são valores indissociáveis, caminhando rumo a uma equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Se muitas foram as dificuldades iniciais enfrentadas nos sistemas de ensino no sentido de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, ao chegar ao ensino superior, retoma a discussão sobre o papel da educação inclusiva no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da universidade na superação da lógica da exclusão, garantindo condições de acesso e de permanência destes alunos no ensino superior.

Partindo do pressuposto de que a cidadania dos alunos com deficiência e/ou dificuldades específicas de aprendizagem, a partir da visão dos direitos humanos, necessariamente, passa pelo reconhecimento e respeito as diferenças e pela garantia dos direitos destes sujeitos a inclusão real e efetiva no espaço universitário, buscamos, neste relato, apresentar os desafios e as possibilidades de uma experiência de inclusão, de alunos com deficiência e/ou dificuldades específicas de aprendizagem, no ensino superior.

Metodologia

Por ser uma pesquisa na área da educação, foi desenvolvido um trabalho de cunho qualitativo, onde o campo empírico é uma Instituição de Ensino Superior (IES) do Rio de Janeiro. Os autores atuaram, tanto como docentes, na coordenação do processo, quanto como mediadores junto aos alunos com deficiência e/ou dificuldades específicas de aprendizagem, no ensino superior. Ainda que trabalho tenha iniciado em 2017, com o aumento e diversidade da demanda, escolhemos como recorte de análise o período de março de 2018 a março de 2019, por entendermos que já havia se estruturado uma possibilidade de análise mais neutra.

Para enriquecer este relato foi realizada uma revisão integrativa da literatura. A escolha se deu por ser um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática⁶. A busca foi realizada através de literatura disponível em bases de dados na internet e livros físicos, por meio da Biblioteca Google Acadêmico, base de dados do portal Capes e *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), utilizando os descritores: Educação inclusiva, ensino superior, alunos com necessidades especiais, metodologias de ensino inclusivas.

⁵ Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Política Nacional de Educação na Perspectiva Inclusiva. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em 10 de outubro de 2018.

⁶ SOUZA, MT; SILVA, MD; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein. 2010; 8(1 Pt 1):102-6. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102. Acesso em 10 de outubro de 2018.

O segundo passo foi a realização de uma pesquisa através de formulários eletrônicos, por ser um facilitador no que diz respeito à distribuição da pesquisa aos entrevistados e, posteriormente, à organização e análise dos dados então coletados⁷. Nesse sentido, foi utilizada a plataforma *Google Forms*, que é uma ferramenta que oferece suporte para a criação de formulários personalizados de forma simples. Neste ponto, o acervo de análise se constitui de formulários aplicados a docentes da IES em questão, totalizando um acervo de análise de 50 questionários. O terceiro passo envolveu entrevistas semiestruturadas com gestores e coordenadores de curso, totalizando um acervo de análise de 15 entrevistas. O objetivo foi comparar a percepção dos docentes com a dos coordenadores e gestores quanto ao conhecimento do assunto, bem como as potencialidades e fragilidades práticas do processo de inclusão no ensino superior se aproximava do que foi observado pelos autores.

Resultados e discussão

As universidades enfrentam desafios crescentes com a democratização do ensino e o ingresso de alunos com necessidades especiais, seja por ausência de uma regulamentação institucional que dê suporte ao processo, seja pelo despreparo dos gestores e docentes frente a diversidade de necessidades especiais que se impõe cada vez mais. No campus da instituição onde o trabalho de campo foi realizado não é diferente.

Para cumprir as orientações das políticas públicas que regulamentam a inclusão de alunos com deficiência e/ou dificuldades específicas de aprendizagem, a instituição criou dois instrumentos um que se dirige ao apoio e atendimento psicopedagógico aos discentes e um outro que se refere a política institucional de acessibilidade. Se pensarmos em um cenário bastante otimista, estes dois instrumentos atendiam a demanda, quase inexistente, em função do desconhecimento por parte dos discentes de seus direitos como alunos e cidadãos.

O apoio e atendimento psicopedagógico aos discentes era coordenado e realizado por docentes do curso de psicologia e se limita, como consta no instrumento à orientação e encaminhamento dos alunos a profissionais externos à instituição para acompanhamento e tratamento, conforme fosse o caso. O outro instrumento, ainda que aborde a questão da inclusão não especifica como esta inclusão aconteceria de fato, para além da infraestrutura arquitetônica, que é cumprida quase na sua totalidade com rampas e banheiros adequadas a cadeirantes e deficientes visuais. Dizemos quase na sua totalidade pois existem lacunas quanto a estruturas das salas de aula, necessidade de espaços para atendimentos individualizados, bibliotecas com acessibilidade real entre outras questões que poderão ser discutidas mais amplamente em outros estudos.

O problema central que desejamos abordar é um total desconhecimento, por parte da maioria das instituições, da realidade de seus alunos, frente a uma invisibilidade das reais deficiência e/ou dificuldades específicas de aprendizagem e até mesmo de inclusão social de seus alunos. Esta invisibilidade nos leva a pensar que não havia uma credibilidade quanto a chegada destes alunos ao ensino superior. A própria política de educação especial na perspectiva inclusiva destaca que por muito tempo perdurou o entendimento de que a educação especial organizada de forma paralela à educação comum seria mais apropriada para a aprendizagem dos alunos que

⁷ZANINI, Michel. Formulários eletrônicos. 2007. 21 p. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos_projetos/projeto_698/tcc-slides.pdf. Acesso em: 6 abril de 2018.

apresentavam deficiência, problemas de saúde, ou qualquer inadequação com relação à estrutura organizada pelos sistemas de ensino. Esta percepção tem voltado à pauta do governo sem se levar em conta os interesses dos envolvidos, ou seja, dos alunos, permanecendo uma ideia de tutela que nem apresenta os melhores resultados. Nossa experiência aponta para o sucesso na inclusão de alunos autistas e com déficits cognitivos severos, principalmente na troca com outros discentes da universidade. Se por um lado o aprendizado do respeito à diferença e a diversidade se faz na prática, para os alunos com necessidades especiais a autonomia e a cidadania são exercidos através de uma conscientização de seus direitos, em oposição ao protecionismo e infantilização tão comumente aplicados a estes casos.

Ainda que na pesquisa os docentes apontem fragilidades, tanto suas quanto institucionais, no processo de inclusão, demonstram interesse em aprender mais sobre o assunto e em contribuir para que haja a inclusão como um direito dos alunos, mostrando uma conscientização real sobre a questão que, muitas vezes, a simples leitura acadêmica não torna possível.

Nossa contribuição, se deu ao realizarmos uma releitura dos instrumentos e da forma como eram interpretados e aplicados, percebermos a necessidade de um trabalho multidisciplinar e de intervenção. Foram identificados vários casos de alunos que repetiam as mesmas disciplinas várias vezes sem que suas necessidades fossem diagnosticadas. Entendemos que muitos devem ter evadido e mais do que isso se sentirem incapazes de pertencer àquele espaço, sofrendo uma dupla exclusão. Hoje, docentes e alunos ajudam-no encaminhamento e colaboram, cada qual a sua maneira para que estes alunos tenham seus direitos reconhecidos. Muitos são apoiados por mediadoras, outros participam de rodas de conversa, orientação pedagógica e nivelamento.

Conclusão

Diante de tudo que foi dito até aqui é possível pensar que alcançamos o desejado. É certo que não! No entanto não fechamos os olhos a realidade e, enquanto educadores, estamos buscando alternativas para não deixar ninguém de fora, nenhum a menos, garantindo seus direitos e a equidade no acesso e permanência no ensino superior.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Política Nacional de Educação na Perspectiva Inclusiva. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em 10 de outubro de 2018.

SOUZA, MT; SILVA, MD; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein. 2010; 8(1 Pt 1):102-6. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102. Acesso em 10 de outubro de 2018.

ZANINI, Michel. Formulários eletrônicos. 2007. 21 p. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em

https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos_projetos/projeto_698/tcc-slides.pdf. Acesso em: 6 abril de 2018.